

Rio de Janeiro, Sexta-Feira Santa de 2004, Parte II: as elites cariocas e os conflitos na Rocinha¹

Maria Claudia Coelho²
UERJ - Departamento de Ciências Sociais

Resumo

Na Semana Santa de 2004, o Rio de Janeiro viveu um momento marcante na história da violência na cidade, em que um conflito entre traficantes provocou a morte de onze pessoas na Rocinha. O episódio ocupou a mídia impressa carioca por cerca de quinze dias, com diversas sugestões sendo discutidas: remoção, urbanização, contenção por um muro. Estas alternativas nos remetem para um problema central nas discussões sobre a violência urbana: a relação entre a violência e a alteridade. Este artigo tem como objetivo analisar a cobertura de um momento específico deste episódio: a proposta de remoção da Rocinha lançada no *Jornal do Brasil* na coluna de Hildegard Angel. A análise baseia-se na noção de “representação social”, tendo como foco a discussão da tipologia dos discursos sobre a violência, com base na proposta de Soares e Carneiro (1996).

Palavras-chave: mídia; violência urbana; representação social

Introdução

Na sexta-feira da Semana Santa de 2004, o Rio de Janeiro viveu (mais) um momento marcante na história da violência na cidade.³ Na madrugada de sexta para sábado, um grupo de traficantes proveniente da Favela do Vidigal “invadiu” a Favela da Rocinha, provocando um conflito no qual morreram cinco pessoas. Nos dias subsequentes, seis outras pessoas morreram em novos conflitos.

A cobertura destes episódios ocupa os jornais cariocas durante cerca de quinze dias. No início dos acontecimentos, dois são os temas principais: as mortes provocadas pelo conflito entre os traficantes e o fechamento das vias de transporte que ligam a Zona Sul da cidade à Barra da Tijuca – principais áreas de habitação das elites cariocas.

Ao longo destes quinze dias, são discutidas na mídia diversas soluções para a situação, imediatamente identificada com a favela da Rocinha. O foco não está no tráfico em si, mas sim em sua associação com a favela. São assim sugeridas diversas medidas relativas à favela da Rocinha: seu cercamento por um muro, sua remoção, sua urbanização.

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Professora do Departamento de Ciências Sociais da UERJ. Autora de *O Valor das Intenções – dádiva, emoção e identidade* (Ed. da FGV, 2006) e de *A Experiência da Fama – individualismo e comunicação de massa* (Ed. da FGV, 1999).

³ Este trabalho traz resultados parciais do projeto “Moral, Alteridade e Sentimentos: percepções da violência”, desenvolvido no âmbito do PROCÊNCIA da UERJ.

Em outro lugar (Coelho, 2004), discuti um momento específico deste debate: a discussão inflamada suscitada pela sugestão feita pelo vice-governador Luiz Paulo Conde de que se erguesse um muro em torno da Rocinha como forma de conter sua expansão. Procurei então mostrar, utilizando como matriz teórica a tipologia dos discursos sobre a violência proposta por Soares e Carneiro (1996), que havia uma matização dos discursos de tipo “despótico” e “político”.

Neste artigo, gostaria de discutir um segundo momento deste debate sobre a violência que eclodiu naquela ocasião na Rocinha: a proposta de remoção da favela lançada no *Jornal do Brasil* na coluna social assinada por Hildegard Angel. Este texto está assim concebido, conforme indicado no título, como uma espécie de “segundo tempo” da análise iniciada no artigo acima mencionado sobre a proposta de construção do muro. Para este fim, compõe-se de três seções. Na primeira, retomo alguns pressupostos teóricos que orientarão a análise do material empírico, a saber: a – a relação entre violência e alteridade; b – a formulação de tipologias das matrizes discursivas sobre a violência; e c – a fecundidade da noção de “representação social” para a análise dos discursos midiáticos. Na segunda seção, apresento a análise do material midiático contido na coluna de Hildegard Angel no *Jornal do Brasil* no período de 13 a 17 de abril de 2004. Finalmente, na última seção, procuro dar seqüência à análise dos discursos midiáticos sobre a violência suscitados por este episódio iniciada com o exame da proposta de construção do muro (Coelho, 2004), buscando mostrar uma segunda matização aqui ocorrida no discurso de tipo “despótico”.

1. Pressupostos Teóricos: violência, alteridade e mídia

1.1 – A relação entre violência e alteridade

A percepção da noção de alteridade como central para a compreensão da violência é recorrente nos estudos sobre este fenômeno, percorrendo caminhos teóricos diversos. Blok (2001) examina a fecundidade da noção freudiana de “narcisismo das pequenas diferenças” para a compreensão dos conflitos contemporâneos. Blok parte deste *insight* freudiano sobre a importância da demarcação da diferença em relação àquele que é próximo como forma de construção da identidade de grupo, estratégia esta tão essencial que sua ameaça faria eclodir manifestações de extremo ódio e violência. Seu trabalho é dedicado à exploração do “potencial sociológico” desta noção, buscando articulá-la a concepções de sociólogos como Simmel e Bourdieu sobre a natureza dos conflitos sociais, para em seguida empreender um conjunto de breves leituras sobre uma sucessão de conflitos contemporâneos, buscando demonstrar a onipresença desta lógica apontada por Freud.

Em uma perspectiva de filiação mais propriamente sociológica e orientada para a compreensão da violência no Rio de Janeiro, Velho (1994) recorre à discussão clássica de Hughes sobre a Alemanha nazista, em que o autor discute a relação entre as “boas pessoas” e o “trabalho sujo”. Velho destaca o problema da delimitação de fronteiras entre *in-groups* e *out-groups* como essencial para se entender a percepção da violência junto a determinados segmentos sociais.

Velho identifica duas vertentes principais nos discursos sobre a violência, às quais se refere como “repressora” e “reformista”. A vertente “repressora” é marcada por uma ausência de identificação com as vítimas da violência, à exceção daquelas pertencentes ao círculo mais imediato (p. 111). Neste discurso, é recorrente o surgimento de temas tais como a pena de morte, o maior rigor penitenciário e a inferioridade étnico-racial de alguns grupos. Já a vertente “reformista” é marcada por uma “ampliação do campo de identificação”.

Estes dois modelos são, contudo, encontrados de maneira nuançada nos depoimentos. O ponto fundamental é a forma de delimitação das fronteiras da alteridade:

“São, essencialmente, dois modos de definir e lidar com o ‘outro’. Enquanto em um caso o *in-group* é marcadamente restrito e fechado, no segundo há uma inclusão de um segmento maior da sociedade e/ou humanidade. Este está associado a um projeto de mudança e reforma enquanto o primeiro vincula-se à manutenção das fronteiras sociais e de um modelo em que o *in-group* está permanentemente ameaçado pelo *stranger* e pelo *outsider*. São distintas possibilidades de *construção social da realidade* com repercussões em todas as esferas e domínios.” (Velho, 1994, p. 113)

O tema da construção da alteridade como eixo norteador dos discursos sobre a violência é tratado também por Caldeira (2000) em sua análise sobre as narrativas do crime encontradas junto a diversos segmentos da população de São Paulo. Tomando por base a narrativa feita por uma senhora habitante da Moóca, Caldeira identifica duas “reduções” presentes em seu relato sobre a história de seu bairro: a culpabilização dos novos moradores (migrantes nordestinos) por todas as mudanças e sua criminalização e depreciação (“ignorantes, preguiçosos, sujos, imorais. Numa palavra, eles são criminosos” (p. 36)).

Caldeira aponta que a lógica que orienta esta depreciação dos migrantes nordestinos é a tentativa de demarcar a diferenciação entre eles e os “moradores originais” do bairro, em sua maioria migrantes de origem italiana. Em sua análise, haveria um “princípio classificador” que operaria pela acentuação da diferença em relação àquele que está mais próximo. O nordestino aparece assim como uma “síntese do mal”, como “menos do que humanos” (p. 37), consistindo assim a versão específica deste bairro paulista para um

processo recorrente nos discursos sobre a violência: a “alterização” do criminoso e/ou a criminalização do outro.⁴

1.2 – As matrizes discursivas da violência

Diversos estudiosos propuseram alguns sistemas de classificação dos discursos populares sobre a violência. Velho (1994), examinando os discursos presentes em segmentos de camadas médias, identificou (conforme vimos na seção anterior) dois tipos discursivos: o “repressor” e o “reformista”, cuja distinção principal estaria nas diferenças de alcance entre as possibilidades de identificação. A restrição da identificação ao *in-group* marcaria o discurso repressor, caracterizado pela ênfase nas medidas de contenção e punição, enquanto que a extensão dos limites do grupo seria a tônica do discurso reformista, que priorizaria as políticas de inclusão social.⁵

Soares e Carneiro (1996), com base nos dados de uma pesquisa de opinião sobre a violência no Rio de Janeiro realizada pela Rede Globo de Televisão em 1984, propõem uma tipologia baseada, entre outros critérios, na natureza das soluções propostas e das explicações para as causas e razões da violência. Os autores identificam “quatro nomes” dados à violência – pecado, corrupção, miséria e crime – aos quais associam cinco tipos de discursos (o último nome gerando dois discursos distintos): religioso, moral, político, despótico e “crime”. Embora os autores afirmem não ser possível dispô-los sob a forma de um *continuum*, o discurso despótico seria central, os demais podendo ser definidos em um primeiro momento pela ausência das características que o demarcam. Neste processo, o discurso político seria aquele que mais se aproximaria de uma “oposição”. Os autores definem o discurso despótico como aquele que propõe soluções que desconsideram a necessidade de mediações legais. Em suas palavras:

“O tipo despótico de discurso (...) se caracteriza sobretudo por propor ‘soluções’, em níveis os mais variados, que desprezam mediações institucionais ou legais. Não importa o plano em que se inscreve a proposta, ela é sempre a expressão voluntarista supostamente passível de viabilização por obra e graça da onipotência de uma agência, nem sempre mencionada explicitamente: Leviatã, o Estado. E invariavelmente mobiliza grandes recursos, imensas consequências agregadas ou, no mínimo, afeta, sem que lhes conceda qualquer possibilidade de defesa ou mediação, vidas humanas.

⁴ Para um outro trabalho que discute também este ponto, ver Rondelli (1997).

⁵ Gorita (2003), estudando sob uma perspectiva comparativa o discurso midiático acerca de dois casos de violência ocorridos no Rio de Janeiro em 1995 e 2000 (respectivamente, o assassinato de um assaltante já subjugado por um policial diante de um shopping na Zona Sul do Rio de Janeiro e o episódio do “Ônibus 174”, em que um assaltante tomou diversos passageiros como reféns e terminou morto pela polícia também após ter sido dominado), sugere a existência de duas matrizes discursivas: a “pacificação com violência” e a “pacificação sem violência” (a primeira podendo ser subdividida em “com” ou “sem respeito pelos direitos humanos”).

Indiferente a qualquer vestígio de espírito jurídico, agredindo as mais elementares conquistas da tradição liberal, o discurso despótico facilmente sugere uma imagem do Estado comparável à figura histórica que nos acostumamos, nos anos sessenta, a identificar, no jargão marxista, ao modo de produção asiático: grandes empreendimentos; obras gigantescas; formidáveis deslocamentos humanos; intervenções de toda sorte nas mais diferentes áreas da experiência social; tirania de resultados.

O discurso despótico é aquele que ainda não se acostumou à dominação burocrático-legal, à prioridade do procedimento e da forma, à vigência de mediações institucionalizadas, enfim, às condições modernas da legitimidade política do Estado racional, de bases democráticas.” (pp. 36-37)

Já o discurso político se caracteriza pela preocupação com as causas sociais da violência:

“é neste tipo de discurso que prospera, mais que em qualquer outro, a preocupação com o estabelecimento de conexões entre causas e consequências da violência ou da criminalidade, que, portanto, deixa de ocupar o centro, assim como seus autores. O crime, a violência e, dir-se-ia, a marginalidade são consequências da ordem social vigente e não causas da anomia de que a primeira padece.” (p. 36)

1.3 – O discurso midiático como conjunto de representações

A noção de representação social vem sendo há algum tempo recuperada para as ciências sociais através principalmente da obra de alguns antropólogos, marcadamente no campo da antropologia médica. Em uma discussão teórica sobre este conceito, Laplantine (2001) afirma ser uma representação uma forma simultaneamente de “conhecer, valorar e agir”. Além disso, a representação seria uma idéia “que não duvida de si”, ou seja, uma idéia que se apresenta ao espírito do sujeito não como uma idéia, mas como uma forma de percepção de uma realidade que lhe seria extrínseca. Reside aí sua força: é através de uma idéia não-percebida como tal que o sujeito conhece o mundo, atribui-lhe valor e orienta suas ações.

Os discursos midiáticos podem ser entendidos como um conjunto de representações sobre os fenômenos que “relatam”. Esta é a concepção que orienta as reflexões de Rondelli (1997) sobre a relação entre mídia e violência, nas quais a autora aponta, conforme já mencionado, também para a importância do problema da alteridade.

O caminho teórico escolhido por Rondelli para examinar a relação entre mídia e violência está baseado na premissa de que a tematização da violência pela mídia constrói um imaginário capaz de informar e produzir as atitudes sociais diante deste fenômeno (p. 142). Neste sentido, a mídia faria mais do que meramente “retratar” a violência, mantendo com ela uma relação que transcende em muito a simples referência. A mídia seria um participante ativo do fenômeno da violência, participação esta que se daria sob duas formas principais. A

primeira delas é sua capacidade de tornar visíveis os conflitos, retirando-os de seu espaço circunscrito de ocorrência empírica e lançando-os na cena pública (p. 143). A segunda é a construção de representações sociais sobre a violência e seus personagens, representações essas capazes de organizar as práticas sociais a seu respeito (p. 146).

O discurso midiático é assim entendido como parte integrante da própria violência. Segundo Rondelli:

“Portanto, o modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência – as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passará a ser informada cotidiana e repetidamente por estes episódios narrados.

Revela-se, aqui, o caráter estruturado/estruturador dos discursos. A mídia é um determinado modo de produção discursiva, com seus modos narrativos e suas rotinas produtivas próprias, que estabelecem alguns sentidos sobre o real no processo de sua apreensão e relato. Deste real ela nos devolve, sobretudo, imagens, ou discursos que informam e conformam este mesmo real. Portanto, compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos de violência está atribuindo-lhes um sentido que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência” (Rondelli, 1997, p. 147).⁶

É este conjunto de idéias sobre as relações entre violência, alteridade e mídia que orienta a análise a seguir.

2. As Elites Cariocas diante da Violência

2.1 – “Bom demais, não acham?”: a proposta da remoção

A proposta de se deslocar os moradores da Rocinha para outras áreas da cidade do Rio de Janeiro foi lançada na coluna de Hildegard Angel no dia 13 de abril, sob o título “Uma alternativa corajosa para o Rio de Janeiro!” (p. A17). A proposta é lançada como parte de uma “solução” para o “problema” das favelas, definida como a única existente: a erradicação. O projeto Favela-Bairro é apresentado como “maravilhoso” e eficiente como “obra de engenharia”, porém ineficaz quanto a seus objetivos de “qualidade de vida” e de “coibir a violência”. Os políticos cariocas são duramente criticados por sua falta de “vontade e coragem”, por serem “demagogos” e “politicamente corretos”, sem “ousadia” para partir para “soluções radicais”. As favelas são assim descritas:

“As favelas, com sua esquizofrenia urbanística, ruas estreitas que não se sabe onde começam e onde terminam, são o habitat ideal para o tráfico, nicho para marginais, que aterrorizam seus moradores e toda a vizinhança, estabelecem regras para ir e vir, expõem os cidadãos ao fogo cruzado das balas perdidas...”

⁶ Para uma outra possibilidade teórica de se pensar a relação entre mídia e violência, ver Sento-Sé (2003).

A iniciativa é apresentada como sendo da “sociedade civil”, que “iria à luta” diante da inércia dos “políticos”. A sociedade civil é aqui representada por um grupo de empresários do setor imobiliário, responsável pela proposta de remoção de um conjunto de favelas – a Rocinha entre elas – para áreas “ociosas” da Rede Ferroviária Federal. A região é descrita como “à espera de iniciativas para revitalizá-la (...), dotada de infraestrutura básica, com o Metrô bem ali e potencial de empregos para toda a população a ser removida”. Seriam 17.500 habitações, cuja construção seria custeada pelos “empreendedores”, que em troca receberiam 15% da área da Rocinha para construção de imóveis, “obedecendo à legislação do bairro de São Conrado”; o restante da área da Rocinha seria reflorestado e “devolvido à Mata Atlântica”. Os detalhes do projeto são assim descritos:

“São prédios de quatro andares, sem elevador, com apartamentos de sala e dois quartos de 45 m² de área útil cada um. Nessa área pretendida de 650 mil m², o projeto também prevê escola, postos de saúde, comércio, praças, ruas, vilas olímpicas para treinamento esportivo, etc...Todos iriam morar contentes, em suas casas novas, mais seguras, mais decentes, que lhes seriam presenteadas pela Prefeitura e custariam zero ao governo.”

Após a exposição de todos os detalhes, a coluna encerra assim sua apresentação da proposta:

“Bom demais, não acham?...Isso resolve o problema do tráfico? Não, não resolve, mas impede que ele, entocado nas favelas, atue livremente, utilizando cidadãos honestos como escudos humanos...Então, vamos trabalhar por essa idéia? Contra ou a favor, a coluna aguarda o email com sua opinião. Vamos nos posicionar, discutir e lutar por uma alternativa que não nos mantenha como **alvos vivos** dos **interesses** do tráfico e do **desinteresse** de nossos políticos...”

A proposta permanece sendo tema da coluna durante alguns dias. No primeiro deles (14/4, p. A15), é o único assunto, a coluna consistindo de um pequeno texto de comentário sobre a repercussão da proposta e de um resumo de seus principais pontos. Novamente, a proposta é descrita na manchete como “corajosa” e a omissão dos políticos volta a ser destacada. A resposta do leitor é descrita como “impressionante”, com dezenas de emails. A colunista diz estar publicando os “primeiros que chegaram” para mostrar a mobilização da população do Rio: são trinta e seis emails publicados, dos quais trinta e quatro favoráveis à proposta e dois contrários.

No segundo dia (15/4, p. A17), a proposta da remoção ainda ocupa lugar de destaque, com três colunas e meia no centro da página. Os fragmentos de texto a seu respeito, contudo, aparecem entremeados por fotografias de pessoas fazendo compras ou reunindo-se para jantar (“Angélica e Mario Fiorini no Rio Sul”; “As Tostes: Ilka, Gilda Werneck, Gilda e Tininha no jantar que reuniu a família em São Conrado”). A coluna retoma ainda nesse dia sua forma

habitual, trazendo também um conjunto de notícias típicas das colunas sociais, sobre celebridades, prêmios, jantares, festas, etc.

Os fragmentos dedicados à proposta comentam sobre sua repercussão na mídia, afirmando que nas reuniões sociais da Zona Sul e da Zona Norte “só se fala nesse assunto” e que a imprensa “abraçou o assunto”, com a menção a alguns veículos que teriam dado início a uma discussão a respeito. De forma jubilosa, a coluna noticia também o início da manifestação dos políticos, mencionando nominalmente o apoio expresso pelo deputado federal Júlio Lopes e pela deputada federal Denise Frossard. Segundo a colunista, a repercussão aumenta também junto aos leitores, já não sendo “dezenas”, mas “centenas de emails que lotam minha caixa de correio eletrônico (...) com manifestações de apoio ao projeto.”

A colunista menciona também a existência de vozes contrárias à proposta, contrapondo em seguida a convicção já expressa anteriormente:

“Também há, sim, alguns que consideram a idéia elitista, descabida, inadequada e até desumana. O fato real é que as favelas nas encostas deixaram de ser apenas um problema grave social. São uma questão de segurança. Isto é, de insegurança, dos cidadãos cariocas, alvos humanos do tráfico armado até os dentes, com seus AR15 apontados pra suas cabeças, lá do alto das encostas, em posição privilegiada de domínio...”

Ainda nesse dia, há menções a atividades escolares canceladas por conta dos conflitos na Rocinha; há o “crédito” da proposta a seu articulador; e há também a menção a alternativas semelhantes anteriores que teriam obtido sucesso, como um muro de contenção parcial da própria Rocinha junto à Gávea e ao Alto Leblon e a “erradicação”, pelas associações de moradores destes mesmos dois bairros, de uma favela em início de formação, com dezenas de casas. Nesta ocasião, as associações, “com muito jeito e paciência, convenceram os moradores a deixar o parque e presentearam cada um com uma casa, em locais escolhidos por eles”.

No terceiro dia (16/4, p. A17), a coluna é composta basicamente por fotografias dos participantes de um jantar, noticiado na manchete principal, e o tema da remoção aparece em meio à descrição do jantar, como tendo sido o assunto principal da noite:

“No jantar de Laís Gouthier para festejar o aniversário da filha Claudia Niedzielski, o assunto foi...o projeto de erradicação das favelas do Rio, revelado aqui nesta coluna, e que foi tema até de discurso, ontem, no Congresso Nacional, do deputado Júlio Lopes. Claudia, que mora em Paris e veio passar a Páscoa, trouxe vários tipos de queijos que foram degustados na sobremesa.”

No quarto dia (17/4, p. A25), a proposta volta a ser manchete. A coluna noticia ter recebido 239 emails, sendo “95% de apoio e 5% contrários”. Surge também um esforço para

diferenciar a proposta de outras iniciativas do passado, dizendo que “(...) este projeto não prevê a criação de guetos de pobreza, tipo Cidade de Deus. (...)” E publica ainda alguns emails, sendo três favoráveis à remoção e um contrário.

2.2 – Uma matização do discurso despótico

Na análise que empreendi do debate suscitado pela proposta de construção do muro em torno da Rocinha (Coelho, 2004), aponte para a presença de um outro traço do discurso “despótico” caracterizado por Soares e Carneiro (1996): a crença na existência de focos urbanos de violência, identificados primordialmente como sendo as favelas. Esta íntima associação entre violência e favela encontra-se obviamente presente neste segundo momento das discussões suscitadas na mídia pelos conflitos ocorridos então na Rocinha: cercada ou removida, a Rocinha aparece como a grande “vilã” dos acontecimentos. Conforme aponte então, falar em “conter a favela” *neste momento* viria ressoar sua associação à violência, o mesmo podendo ser sugerido quando se discute “remover a favela” no calor dos conflitos recém-emergentes.

A coluna de Hildegard Angel publica, nos cinco dias de cobertura examinados aqui, quarenta emails. Destes, trinta e seis são favoráveis à proposta. Apenas três são nitidamente contrários e há um único que traz um conjunto de ponderações, sem tomar uma posição explicitamente contra ou a favor.

Dezessete leitores manifestam-se entusiasmadamente a favor da remoção, sem expor argumentos. Quatro desses propõem ainda a extensão da medida a outras regiões da cidade do Rio de Janeiro ou mesmo a outros estados. Alguns exemplos:

“Hilde, é a primeira vez que escrevo para um jornal e o que me motivou foi o projeto de erradicação das favelas. É incrível, mas parece que finalmente alguém leu meus pensamentos. Desde já, reitero meu total apoio a esse projeto.” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“Li na tua coluna sugestões para o nosso Rio sofrido e vibrei. Parabéns!” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“Excelente a idéia do projeto. Estou espalhando a sua coluna para todos os amigos.” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“Acho a idéia divina, mas e as outras favelas? Sou moradora de Vila Isabel e os confrontos entre o Morro dos Macacos e o Cerro-Corá, na subida da Grajaú-Jacarepaguá, é um desespero. E a Mangueira, o Turano, o Borel e muitos outros?” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“Embora resida em São Paulo, frequento o Rio habitualmente e considero a idéia esplêndida. Quem sabe ela não poderia ser copiada pelos grandes centros brasileiros, que enfrentam problema semelhante?” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

Em meio a este entusiasmo, parece haver um consenso de que a mudança seria benéfica para os “favelados”, que seriam contemplados por uma melhoria em suas “condições de vida”, melhorias essas associadas a termos tais como “humanização”, “dignidade” ou ganhos “urbanísticos”. São cinco os depoimentos em que esta convicção aparece explicitada, dentre os quais cito alguns exemplos:

“Gostaria de me manifestar favoravelmente à proposta, acrescentando que a medida garantirá àquelas pessoas que ali vivem, condições mais humanas de vida.” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“Concordo plenamente que a única solução para as favelas é sua total erradicação. É preciso garantir dignidade para as pessoas que moram nas favelas (...)” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“Sua alternativa corajosa para o Rio é ótima e a única solução. Os morros sem as favelas deverão ter um plano urbanístico. As populações relocadas ficariam melhor acomodadas e com leis, já que prédios têm síndicos e não são vielas medievais sem traçado urbanístico propícias para escaramuças de bandidos. (...)” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

Não há qualquer “depoimento” em que um leitor defenda o ponto de vista de que a remoção significaria uma piora nas condições de vida das pessoas afetadas. Entretanto, o que chama a atenção é a fragilidade da preocupação para com o ponto de vista destas mesmas pessoas: somente três das quarenta mensagens abordam a questão da anuência destas pessoas em serem “removidas”, sendo que somente uma de modo explícito, com as demais apenas supondo que não haveria objeções ou que o cuidado bastaria para contorná-las. Cito estas três mensagens:

“Acho a idéia de retirar as favelas dos pontos nobres do Rio, maravilhosa. Se for um projeto de retirada para um lugar com escolas, hospital, e tudo que eles já têm em cada favela, não creio que haverá relutância em mudança. (...)” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“É muito difícil conviver com toda esta brutalidade. Este movimento pode dar certo, o que já é uma esperança e terá que ser muito bem feito, principalmente para o cidadão que reside numa das favelas perto de seu trabalho. (...)” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“Como proposta de grande impacto valeria a pena submetê-la ao debate público, contemplando as pessoas envolvidas diretamente. É possível que do ponto de vista legal, ético e humanitário ocorrerão muitas discordâncias, entretanto, são cruciais soluções de curto, médio e longo prazo. Discordo da idéia de simplesmente transferir essas pessoas. Seria uma demonstração de força dos ‘interesses imobiliários’ em região tão nobre.” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

Temos assim um aparente consenso (ou quase) quanto a dois pontos: a remoção seria benéfica para as “condições de vida” dos “favelados” e não parece ser necessário consultá-los a respeito disso. Se retomarmos o modo como a proposta foi exposta originalmente na coluna, bem como alguns outros comentários esparsos, podemos encontrar uma pista para explicar como esta remoção poderia ser feita sem recurso a qualquer imposição pelo Estado ou outra forma de violência (possibilidades inteiramente ausentes tanto da exposição da proposta pela coluna quanto do comentário dos leitores). A proposta descreve as favelas como uma “esquizofrenia urbana”, com ruas sem início ou fim definidos, sob o domínio aterrorizante de marginais que cerceiam o direito de ir e vir dos moradores e os expõem ao risco das armas de fogo. Nas novas moradias para onde seriam “removidas”, as pessoas receberiam casas “novas, seguras e decentes”, descritas em uma linguagem semelhante àquela dos anúncios imobiliários (“prédio de quatro andares, sem elevador, sala e dois quartos, 45 m² de área útil”), sugerindo a entrada em um mundo “urbanizado”. Estas casas lhes seriam ainda *presenteadas* pelo Estado, a exemplo da iniciativa anterior citada pela coluna, em que as associações de moradores da Gávea e do Jardim Pernambuco *convenceram* os moradores de uma “favela em formação” a deixar suas residências com *jeito e paciência*, *presenteando-os* com novas moradias em locais por eles *escolhidos*.

Há ainda um último ponto que apresenta alguma recorrência nestes depoimentos: a crítica à “omissão” e “inércia” das “autoridades”, apontadas como responsáveis por permitir que se consolidasse uma situação urbana capaz de fazer eclodir conflitos deste tipo. Esta passividade é contraposta à iniciativa da “sociedade civil”, impelida a agir devido ao “vácuo” deixado pelas “autoridades”. Alguns fragmentos:

“Parabéns! Infelizmente temos muito poucos políticos corajosos e honestos!”
(*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“Hilde, conte com nosso apoio. Temos que pressionar cada vez mais nossas autoridades para que cumpram com o mínimo necessário para o bem estar de nossa população.” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“Prezada Hilde, vimos manifestar nosso apoio integral à idéia lançada por você no JB. O nosso querido e sofrido Rio de Janeiro precisa urgente de governantes e empresários corajosos e atuantes para mudarmos a realidade atual de violência e incertezas.” (*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“(…) O que acontece hoje é consequência de anos de descaso das três esferas administrativas: federal, estadual e municipal. Há anos tenho visto na mídia matérias enaltecendo a Rocinha: seu comércio pujante, TV a cabo, atividades culturais, cooperativa de costureiras, turismo. Tudo que lá está instalado, inclusive o crime, foi feito com a ação ou omissão dos governos, atuais e passados. (...)”
(*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

“Concordo plenamente com a iniciativa dos empresários, embora ache que isso deva ser feito pela prefeitura e/ou Estado. Algo tem que ser feito e já! (...)”
(*Jornal do Brasil*, 14/04/2004, p. A15).

Considerações Finais

Em minha análise já mencionada sobre a polêmica provocada pela proposta de construção de um muro em torno da Rocinha (Coelho, 2004), aponte para uma matização da tipologia dos discursos sobre a violência elaborada por Soares e Carneiro (1996). A oposição fundamental desta tipologia – “despótico” x “político” – aparecia bastante nuançada, com as posturas favoráveis ao erguimento do muro sendo mescladas a uma preocupação de cunho “urbanista” e as posturas contrárias baseando-se não somente em uma convicção ideológica contrária a medidas “segregacionistas” mas também em uma suposta “ineficácia” do muro. Naquele momento, argumentei em favor da necessidade de se estudar os discursos sobre a violência sob uma perspectiva de curta duração, conforme aponta também a análise de Gorita (2003), que encontra transformações significativas nestes discursos em um período de apenas cinco anos.

Na tipologia de Soares e Carneiro, o discurso “despótico” é descrito, conforme vimos acima, como apresentando cinco características principais: a – a crença na existência de focos urbanos de violência, marcadamente as “favelas”; b – o desprezo por mediações institucionais ou legais nas soluções propostas; c – a onipotência do Estado; d – o efeito sobre vidas humanas, com “grandes empreendimentos”, “obras gigantescas”, “formidáveis deslocamentos humanos” e “tirania de resultados”; e e – a “falta de costume” com a democracia.

Penso que podemos identificar, nesta proposta de remoção, a maior parte dos traços do discurso despótico, entre eles a associação entre violência-favela (a remoção como solução para os conflitos); o desprezo por mediações institucionais ou legais e a “falta de costume” com a democracia (a ausência quase absoluta de atenção para com a necessidade de se consultar as pessoas a serem “removidas”); e o efeito sobre vidas humanas, com grandes deslocamentos e obras gigantescas (a natureza em si da proposta da remoção).

Há, contudo, duas diferenças fundamentais. A primeira delas é que o agente de tudo não é o Estado, mas a “sociedade civil”, identificada com a “iniciativa privada” do setor imobiliário. A ausência do Estado faz-se sentir sob duas formas: a – a atribuição da solução à iniciativa privada, com apenas duas mensagens alertando para a necessidade de que o Estado atue como “supervisor” ou mesmo “executor” da idéia; b – a natureza “substitutiva” do Estado pela iniciativa privada, sugerida pela recorrência do tema da “passividade” e “omissão” das autoridades.

A segunda diferença é que não há qualquer apelo ao uso de violência como forma de execução da “remoção”. Parte-se do princípio de que as pessoas a serem “removidas” concordariam/desejariam esta medida (lembremos que apenas três mensagens abordam, de forma mais ou menos direta, a necessidade de sua anuência), descrita quase que unanimemente como uma “melhora” em suas “condições de vida”. Há, contudo, um traço nitidamente paternalista/personalista na forma de sua execução, como sugerem os termos “presentear” e “jeito”, utilizados para relatar o episódio “semelhante” cuja lembrança é acionada para sugerir a viabilidade da remoção. Neste mesmo movimento, contudo, a possibilidade de haver uma discordância por parte dos moradores da Rocinha se faz sentir no recurso aos termos “convencer” e “paciência”, os quais sugerem sub-repticiamente a possibilidade de uma recusa. Estas estratégias – “presentes” dados com “jeito” e “paciência” para “convencer” – nos remetem à forma de lidar com a vida pública que vários estudiosos, entre eles DaMatta (1978), já descreveram como característica da sociedade brasileira, em que ao ideal da igualdade democrática vêm mesclar-se traços de uma ideologia personalista e relacional.

O discurso político – na tipologia de Soares e Carneiro, o maior “opositor” do discurso despótico – é quase que inteiramente ausente neste episódio cuja repercussão discutimos aqui, aparecendo apenas no débil clamor por uma consulta à opinião pública ou por uma “supervisão” do Estado no processo, ou ainda na voz solitária que explicitamente recorda a necessidade de se consultar as pessoas “diretamente envolvidas”.

É evidente, contudo, que não se trata de generalizar estas conclusões sobre os matizes deste discurso sobre esta proposta específica suscitada pelos conflitos na Rocinha para toda a opinião pública carioca. Restringi aqui a análise à própria coluna que lançou a proposta, o que por si só já circunscreve seu alcance. Creio, contudo, que a contribuição possível desta análise esteja no registro de uma voz específica em meio à polifonia discursiva sobre a violência urbana no Rio de Janeiro, voz esta marcada fortemente por um viés “despótico” em que o mercado – e não o Estado – é a agência reguladora, atuando por meios personalistas.

Referências Bibliográficas

- BLOK, Anton. “The Narcissism of Minor Differences”. In: *Honour and Violence*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- CALDEIRA, T. *Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- COELHO, M. C. “Rio de Janeiro, Sexta-feira Santa. Notas para uma discussão sobre mídia, violência e alteridade”. In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 12, jan-abril 2004, pp. 75-98.
- DAMATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GORITA, M. A. “Notícias do Crime, Relatos da Insegurança – os discursos da violência na cidade do Rio de Janeiro (1995-2000)”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2003.

LAPLANTINE, F. “Antropologia dos Sistemas de Representações da Doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira”. In: D. Jodelet (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

RONDELLI, E.. “Mídia e Violência: ação testemunhal, práticas discursivas, sentidos sociais e alteridade”. In: *Comunicação e Política*, n.s., v. IV, n. 3, 1997, pp. 141-160.

SENTO-SÉ, J. “Violência, Medo e Mídia – Notas para um programa de pesquisa”. In: *Comum*, vo. 8, no. 21, 2003, pp. 24-37.

SOARES, L. E. e CARNEIRO, L. P. “Os Quatro Nomes da Violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política”. In: L. E. Soares *et alii*. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1996.

VELHO, G. “O Grupo e seus Limites”. In: *Projeto e Metamorfose – antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.